



Ata nº 403/2020

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, na Sala dos Conselhos e simultaneamente pela plataforma Google Meet, realizou-se a reunião ordinária do COMDICA. Estiveram presentes os conselheiros titulares e suplentes: Janice Valeria Pagel Herrbach, Rubi Leo Eichwald, Joseph Michael Fayad, Beatriz Elena Funck Rosauero, Meline Tainah Kern, Jemerson Madrid Dias, Silvia Schneider, Dalton Zart, Juliana da Rosa, José Valdemar Pereira Azevedo e Jaqueline da Luz de Castro. Ainda esteve presente, Iris Lenz Ziani da Sala dos Conselhos Municipais. Inicialmente, Janice, saúda a todos e coloca a necessidade de retificação com o acréscimo na ata anterior, do José Valdemar Pereira Azevedo nos presentes na última reunião. Após apreciação da ata que já havia sido encaminhada e sem objeções, os conselheiros aprovaram a ata nº 402/2020. Em seguida, a presidente informa que ainda não receberam a prestação de contas da Casa Lar Rosália Schneider, que foi deliberado o uso de recursos do FMCA. Os conselheiros conversam e concordam em encaminhar ofício, solicitando a prestação. De imediato, Janice acrescenta que o Programa Despertar, também foi deliberado o uso dos recursos do FMCA, mas até o presente momento não foi apresentada a prestação de contas da utilização destes recursos. Sendo assim, os conselheiros concordam em encaminhar no mesmo ofício da Casa Lar, para a Supervisora de Ação Social, Gabriela Macedo Ferreira, solicitando ambas as prestações. Em seguida ressalta para a Comissão Especial de Registro de entidades, programas e projetos, sobre a necessidade de análise dos documentos recebidos e a solicitação via ofício, de documentações que faltaram, para efetivar o registro das entidades. Na sequência, a presidente questiona sobre o encaminhamento da Comissão de Estudo e Reformulação da lei. Meline conta que após uma breve análise, já ressaltou alguns pontos e realizou observações, estas que podem ser encaminhadas aos conselheiros para conhecimento e assim que perceberem necessidade de adequações podem estar realizando. Janice sugere se reunirem e analisarem, enquanto comissão, para após passar pela análise de todos os conselheiros. Todos os presentes concordam. Logo, a presidente expõe que acredita não haver andamento com a Corregedoria do Conselho Tutelar. Dalton concorda. Prosseguindo, a presidente apresenta a solicitação de férias dos Conselheiros Tutelares. Após análise, os conselheiros decidem aprovar o Período de Férias dos Conselheiros Tutelares, que fica assim determinado: de onze de janeiro à nove de fevereiro de dois mil e vinte e um (11/01/2021 a 09/02/2021) - Lucas Patrick dos Santos Gonçalves; do dia dez de fevereiro a onze de março de dois mil e vinte e um (10/02/2021 a 11/03/2021) - Leandro Reincke; do dia doze de março a dez de abril de dois mil e vinte e um (12/03/2021 a 10/04/2021) - Sandro de Lima Schipper; de onze de abril a dez de maio de dois mil e vinte e um (11/04/2021 a 10/05/2021) - Tatiane Rosemara Petry; e do dia onze de maio a nove de junho de dois mil e vinte e um (11/05/2021 a 09/06/2021) - Marlene Viana Brizola. Sendo que o período de férias de onze de janeiro a nove de junho de dois mil e vinte e um (11/01/2021 a 09/06/2021), será substituído por um dos suplentes na seguinte sequência: 1º José Vilson da Silva; 2º Carla Adriana Barbosa; 3º Paulo Cesar da Silva; 4º Tani Lenz Ebert; 5º Adroaldo Luiz Lopes. Dando seguimento, Rubi salienta a situação que se encontra o Conselho Tutelar, devido o afastamento de dois conselheiros que estavam com suspeita de Covid-19. Imediatamente, Janice conta que em conversa com uma conselheira, conforme definido em reunião anterior, percebeu-se a necessidade de conversar também, com os demais conselheiros, para analisar o modo como está sendo desenvolvido o trabalho e entender como se dá o processo. Outrossim, por dois conselheiros estarem afastados e não poderem comparecer, aguarda-se a possibilidade de conversa com um dos conselheiros que falta, pois o outro já foi possível conversar. Também, após apresentada a possibilidade, foi conversado com a secretária do Conselho Tutelar e o motorista. Rubi e Janice



informam que após copiladas todas as informações fornecidas pelos escutados, serão levantadas ideias, para encaminhar como sugestões para melhoramento do trabalho de todos. Janice ainda respalda que a situação da conselheira, Tatiane, está em acompanhamento e a mesma já apresentou melhoramento do quadro, segundo os demais conselheiros tutelares. Rubi informa que a conselheira, Marlene está desempenhando a função de sua casa, e ainda tinha mais o afastamento de Sandro e Lucas devido a suspeita, o que dificulta o atendimento. Ainda ressalta que é uma exceção devido a pandemia, mas que não poderá se repetir, porque somente acima de trinta dias que pode-se convocar suplente e com conselheiros a menos, diminui-se a capacidade de demanda. Rubi explana que este inclusive pode ser um ponto alterado na lei, de diminuir a quantidade de dias para poder convocar suplente. Prosseguem e Janice informa os conselheiros que Rubi elaborou um documento, informando sobre a habilitação do COMDICA de receber um pequeno percentual da Declaração de Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas que efetuarem a mesma. Ainda conta que irão até o presidente da Acisa para divulgação deste informativo, que também já foi divulgado pelo município. Rubi explica como funciona a destinação, que pode ser muito significativa para o conselho. Ainda ressalta a necessidade de reforçar no próximo ano um pouco antes, para haver mais tempo hábil a divulgar e sanar dúvidas. Iris informa que o COMDICA já recebeu recursos destinados por uma determinada empresa, recentemente. Também lembra que em anos anteriores, realizou-se uma sensibilização nos escritórios de contabilidade, o que surtiu em muitas destinações. Rubi concorda com a importância de sensibilizar. Na sequência, Janice coloca em pauta o Fórum Municipal da Criança do Adolescente do próximo ano, que precisa ser planejado. Ainda salienta que mesmo sendo realizado pelo próprio conselho, as vezes os conselheiros não conseguiam participar, sendo que os profissionais da saúde que participavam. Os conselheiros conversam sobre a baixa aderência, embora sendo realizado em horários diferentes, cada encontro. Joseph sugere conversar com o gestor, para o mesmo esclarecer aos secretários a importância de incentivar a participação. Rubi concorda que é necessário perceber se consideram importante a ação. Os conselheiros conversam e concordam em convidar as funcionárias da saúde, que sempre participavam e coordenavam o fórum, para acontecer uma escuta e verificar quais as contribuições que poderiam realizar no planejamento do mesmo, e considerar uma conversa com o gestor. Até mesmo para concluir se compensara realizar o fórum mensalmente ou se não haverá aderência. Imediatamente, Janice salienta sobre o Plano Decenal que já ultrapassou o prazo, que era 12 de dezembro e não foi realizado. Rubi sugere conversar sobre o Plano junto na conversa sobre o Fórum, porque o plano envolve os diversos setores e, sem uma conversa, ficaria inviável. Meline questiona a possibilidade de direcionar recursos do FMCA para contratação de um profissional que possa auxiliar. Rubi expõe que já se pensou nisto, mas devido o curto prazo não seria a resolução. Meline concorda que pelo prazo não, mas seria importante o auxílio. Rubi opina que é importante escutar o gestor e os responsáveis, para perceber as considerações dos mesmos. Beatriz informa que ela e Gabriela, realizaram contatos com as entidades, mas que não apresentaram interesse devido o curto prazo, pois a elaboração deste, levaria mais tempo. As mesmas ainda sugeriram, coletar todos os dados, para posterior a isto, iniciar a construção do mesmo. Beatriz ainda opina que se o plano for buscado pelo COMDICA e depois a empresa somente copilar as informações, não compensa porque é a parte mais simples. Janice concorda. Sendo assim, será conversado com o gestor e os presentes na conversa sobre o fórum. Prosseguem e comentam sobre os cadastros das entidades no SIPIA. Joseph sugere entrar em contato com responsáveis pelo cadastramento de outros municípios, para verificar como está procedendo. Janice também explana sobre o preenchimento dos dados por parte do Conselho Tutelar e da SMED, que devem ser cobrados para agilizar. Rubi exprime como o preenchimento fica mais trabalhoso por parte dos conselheiros tutelares, quando não dispõem de



conhecimentos de informática. Joseph sugere acrescentar nos critérios da próxima eleição, o conhecimento básico de informática. Meline coloca que a capacitação conjunta, pode ser uma opção. Rubi concorda que é uma possibilidade e informa que os atuais passaram por uma capacitação, mas na próxima oportunidade podem gerenciar melhor o tempo, para acrescentar maiores informações sobre o SIPIA. Depois, Janice informa que os cartazes do alcoolismo, continuam disponíveis. Ainda sugere que seja disponibilizado a Vigilância e a Brigada Militar, para replicar. Joseph salienta que não é obrigatório, e teve grande adesão quando elaborado, porque a promotora convocou os estabelecimentos para aderência da campanha. Prosseguem e Janice explana sobre os relatórios do Conselho Tutelar, que apresentaram diminuição da demanda, inclusive porque as escolas que encaminhavam boa parte. Mesmo assim, como estão atuando de dois em dois, o serviço fica demandado. Joseph sugere que sejam feitos atendimentos virtuais. Janice opina que é uma sugestão, mas a maioria dos atendidos não dominariam o formato. Os conselheiros também conversam sobre a possibilidade de ser realizado atendimento via Whatsapp. Em seguida, Janice explana a necessidade de divulgar o cadastramento das entidades no conselho. Joseph diz que precisam verificar quais são as entidades, que deveriam se cadastrar que atuam com crianças e adolescentes no município. Meline coloca que se enquadrariam somente que prestam serviços. Joseph contrapõe que não são somente as entidades, mas também os programas e projetos. Janice e Dalton, concordam. Dalton também questiona se a Assistência Social não teria um cadastro. Janice propõe verificar, porque mesmo que não estejam constando todas, podem ser copiladas algumas. Prosseguem e a presidente informa que o Crescer Legal encaminhou um informativo sobre as atividades e relatos dos alunos, que ficou interessante e pode ser visto como um relatório das atividades. De imediato Janice lembra sobre o retorno do ofício que teriam solicitado a conselheira Marlene, pois ela não encaminhou nada por escrito, mas retornou as atividades. Rubi aproveita o assunto e sugere que Meline cogite o acréscimo na lei, de estabelecer um limite de idade para participar das eleições do Conselho Tutelar, porque a conselheira se enquadrava no afastamento das atividades, durante a pandemia, devido à idade. Os conselheiros conversam que precisam verificar legalmente, mas que é uma possibilidade. Ainda conversam que não é por ser um cargo eletivo, mas do que está inerente ao cargo, a carga horária do conselheiro tutelar e a exigência a ser cumprida. Meline coloca que averiguou no ECA que somente tem idade mínima, de 21 anos, mas não possui limitação máxima. Por fim, a presidente sugere que as comissões continuem o que compete a cada uma e acrescenta que as escutas continuarão sendo realizadas, pois falta um conselheiro tutelar e é necessário levantar as sugestões. A próxima reunião acontecerá dia 18 de janeiro de 2021. Nada mais a tratar, a presidente agradece a participação de todos e é encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela presidente e pelos conselheiros presentes. Vera Cruz, 21 de dezembro de 2020.